

RESOLUÇÃO Nº 27/2014

(Publicada no Diário Oficial de 02 e 03/08/2014)

(Republicada no Diário Oficial de 04/11/2014)

Ver Resolução nº 11/16, que autoriza a INCENOR a remeter, a partir de 1º de maio de 2016, até 30% de sua produção para industrialização e posterior retorno para comercialização, para a TECNOGRÊS REVESTIMENTOS CERÂMICOS LTDA., CNPJ nº 04.390.556/0001-92 e IE nº 055.247.214NO, empresa do mesmo grupo, localizada no mesmo município.

Concede os benefícios do Crédito Presumido e do Diferimento do ICMS à INCENOR INDÚSTRIA CERÂMICA DO NORDESTE LTDA.

O CONSELHO DELIBERATIVO DO PROBAHIA, no uso da competência que lhe confere o artigo 46 do inciso I, do Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE e do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia - PROBAHIA, aprovado pelo Decreto nº 7.798, de 05 de maio de 2000 e considerando o que consta dos processos SICM nº 1100130019569 e 1100070015364,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à INCENOR INDÚSTRIA CERÂMICA DO NORDESTE LTDA., CNPJ nº 04.496.698/0001-39 e IE nº 055.717.889NO, instalada no município de Dias D'Ávila, neste Estado, nos termos do Decreto nº 6.734/97, os seguintes benefícios:

I - Crédito Presumido - fixa em 95% (noventa e cinco por cento) do imposto incidente o percentual de Crédito Presumido a ser utilizado pela empresa nas operações de saídas de pisos e revestimentos cerâmicos, pelo prazo de 15 (quinze) anos, em continuidade ao prazo de fruição previsto na Resolução nº 08/2003, que a habilitou aos benefícios previstos no Programa.

II - Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, nas seguintes hipóteses:

a) pelo recebimento do exterior ou, relativamente ao diferencial de alíquotas, pelas aquisições em outra unidade da Federação, de máquinas, equipamentos, ferramental, moldes, modelos, instrumentos e aparelhos industriais e de controle de qualidade, e seus sobressalentes, para o momento em que ocorrer sua desincorporação do ativo imobilizado e;

b) nas importações e nas operações internas com insumos, embalagens e componentes, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos deles decorrentes.

Art. 2º Fica vedada a utilização de demais créditos decorrentes de aquisição de mercadorias ou utilização de serviços por parte de empresa.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 29 de julho de 2014.

JAMES SILVA SANTOS CORREIA

Presidente